

CELSO FURTADO

Obra autobiográfica

Edição definitiva



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2014 by Rosa Freire d'Aguiar

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Coordenação

Rosa Freire d'Aguiar

Capa

Mariana Newlands sobre *Diagonal sur de carré* (1954), de Samson Flexor, óleo sobre tela, 120 x 120 cm.

Preparação

Márcia Copola

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Huendel Viana

Angela das Neves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Furtado, Celso, 1920-2004.

Obra autobiográfica / Celso Furtado. — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2014.

ISBN 978-85-359-2457-2

1. Economistas 2. Economistas – Autobiografia 3. Furtado Celso 1. Título.

14-04081

CDD-355.4392

Índice para catálogo sistemático:

1. Economistas : Autobiografia 355.4392

[2014]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

Apresentação da primeira edição — Francisco Iglésias, 9

A FANTASIA ORGANIZADA

Prefácio, 23

1. Os ares do mundo, 25
2. Fuga para a planície, 47
3. O Manifesto dos periféricos, 59
4. A descoberta do Brasil, 68
5. A dinâmica do sistema centro-periferia, 74
6. A estrada real, 82
7. O grande heresiarca, 96
8. Golias e Davi, 106
9. A alegria límpida de criar, 117
10. Sarça ardente, 133
11. Confrontação em campo aberto, 145
12. Cavaleiro andante, 161
13. As contas do passado, 181
14. A ceia de Natal, 194

A FANTASIA DESFEITA

Prefácio, 207

1. O Nordeste: alicerces do subdesenvolvimento, 209
2. O quadro internacional: projeções no Brasil, 218
3. A Operação Nordeste, 226
 - Prolegômenos*, 226
 - A reunião do Palácio Rio Negro*, 234
 - Os primeiros aliados*, 238
 - O novo papel dos governadores*, 241
 - A nova política de desenvolvimento para o Nordeste*, 245
4. O Conselho de Desenvolvimento do Nordeste, 250
 - Os programas prioritários*, 250
 - A reunião dos bispos em Natal*, 253
 - A lei de irrigação*, 254
 - As armas dos adversários*, 258
 - A ofensiva do FMI*, 263
 - Ação preventiva contra a seca*, 267
 - A lei instituindo a Sudene*, 270
5. A Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, 274
 - O I Plano Diretor*, 274
 - A catástrofe de Orós*, 276
 - A escassez de técnicos*, 278
 - A Sudene e a sucessão presidencial*, 280
 - A experiência de Israel*, 282
 - Interpretando Sartre*, 286
 - Autossucessão na Sudene*, 291
 - Novo estilo de governo*, 296
 - A Aliança para o Progresso*, 301
 - A fronteira maranhense*, 304
 - Visita ao presidente Kennedy*, 306
 - Encontro com Che Guevara*, 310
 - Começo dos incentivos*, 313
 - A renúncia do presidente*, 315
 - Aprovação do I Plano Diretor para o Desenvolvimento do Nordeste*, 318
 - A síndrome de Cuba entre os norte-americanos*, 323
 - Um novo quadro social*, 327
 - O II Plano Diretor para o Desenvolvimento do Nordeste*, 335
 - Projeto de “manifesto” das forças progressistas*, 336

6. O Plano Trienal, 346
 - Uma nova missão*, 346
 - Conferência frustrada da OEA*, 348
 - Inovações no planejamento*, 350
 - O insucesso de San Tiago Dantas*, 355
 - Farewell a Prebisch*, 359
7. O último mandato, 361
 - A Sudene a pleno vapor*, 361
 - O declínio da autoridade do presidente*, 364
 - Alucinações*, 370
 - Ajuste de contas*, 372
 - Testamento intelectual*, 374
 - A deposição do governador Arraes*, 382
 - A retirada*, 389

OS ARES DO MUNDO

Prefácio, 399

1. A retirada, 402
 - Que rumo tomar?*, 402
 - Jorge Ahumada*, 405
 - Nova leitura dos textos da Cepal*, 407
 - Da dependência tecnológica à cultural*, 411
 - Uma sociedade inviável?*, 417
 - Os vagares do intelectual*, 418
 - Entre pessimismo e idealismo*, 419
 - Uma interpretação do Brasil*, 423
 - O novo contexto*, 429
2. Interregno norte-americano, 436
 - O molde de uma nova civilização*, 436
 - A dicotomia eleitos-excluídos*, 439
 - Salvaguardas contra o “democratismo”*, 442
 - A era do protecionismo*, 443
 - Entre mitos e realidades econômicas*, 445
 - O fastígio do poder norte-americano*, 451
 - Projeções da Guerra Fria no Terceiro Mundo*, 456
 - O homem do mundo pós-industrial*, 460
 - Woodbridge*, 466

- O Centro de Estudos do Crescimento Econômico*, 468
Explicando o subdesenvolvimento, 473
As primeiras rachaduras, 477
3. Os anos de peregrinação, 484
De Gaulle e o novo policentrismo, 484
A problemática do subdesenvolvimento, 488
A arma das ideias e seus adversários, 492
A revolução branca, 498
O “modelo” brasileiro, 506
Quem justifica a concentração da renda?, 512
Realidade e mito do desenvolvimento econômico, 518
O presidente Juan Perón, 522
A hora e a vez do Chile, 525
Para onde vai a América Latina?, 531
O México se volta para o sul, 536
A Venezuela no boom do petróleo, 538
Notas sobre a economia venezuelana, 541
Portugal na hora das opções decisivas, 554
A economia portuguesa: tendências estruturais e perspectivas, 557
Uma nova ordem econômica internacional, 562
Em busca da solidariedade na sociedade global, 568
4. Do utopismo à engenharia social, 574
A herança ideológica, 574
A reversão do horizonte utópico, 574
A sociedade acumulativa e a razão na História, 576
Os conflitos sociais como motor da História, 580
O voluntarismo como acelerador da História, 586
Emergência do modo de produção soviético, 589
Experiências de engenharia social, 601
A convulsão agrária da Etiópia, 601
O caleidoscópio cubano, 604
O caso singular da Mongólia, 607
As revoltas recorrentes da China, 613
Revisitando a China, 617
Teses subjacentes às ideologias revolucionárias, 619

A FANTASIA ORGANIZADA

I. Os ares do mundo

A reconstrução dos países devastados pela Segunda Guerra Mundial resultou ser tarefa ainda mais árdua do que se havia inicialmente imaginado. À diferença do ocorrido na Primeira Grande Guerra, quando as destruições se circunscreveram a certas áreas, a devastação dentro e fora dos sistemas de produção fora de tal ordem que o sacrifício de toda uma geração parecia inevitável. As instituições criadas em Bretton Woods para enfrentar a situação — o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) — ficaram soltas no ar pela insuficiência de recursos e inadequação dos meios de ação. As transações comerciais internacionais se reconstituíam lentamente, sendo escassos os excedentes exportáveis e inexistentes, fora dos Estados Unidos, os meios de financiamento. A economia alemã, em torno da qual girava no passado grande parte do comércio intraeuropeu, fora deslocada pelo esforço de guerra e se encontrava totalmente prostrada.

Dois anos depois da cessação de hostilidades, atravessei grande parte da Europa Ocidental e Central, encontrando um panorama desolador. Não havia muita diferença com respeito ao que vira no final do conflito, quando percorri o norte da Itália e grande parte do território francês. O quadro na Alemanha era realmente tétrico, certas populações parecendo haver regredido à idade da caverna. O inverno de 1946-47 foi extremamente rigoroso e quase por toda parte as rações alimentares estavam abaixo do que haviam sido nos piores momentos da guerra.

Tomara a decisão de voltar à Europa fascinado pelo inusitado da cena social e humana que aí se armara, certamente sem precedentes, por sua amplitude e comple-

xidade, na história dos homens. Acumulara algumas economias e considerei que o melhor presente que podia dar a mim mesmo era propiciar-me os meios para observar de perto o drama europeu. Enfim, o mundo de minha geração seria moldado pelas forças que viessem a prevalecer no processo de reconstrução da Europa, em particular da Europa Ocidental. Não é sempre que se pode testemunhar a gestação do futuro de toda uma geração. O fato é que me empolgava o desejo de observar as transformações em curso.

Meu plano inicial fora fixar-me por algum tempo em Londres, de onde irradiava, nessa época, a fama de uma escola de economia que se dava ao luxo de ter Karl Mannheim, o criador da sociologia do conhecimento, no seu quadro de professores. Mas em pouco tempo percebi que me equivocara. Na Inglaterra tudo era medido e contado e as escolas superiores estavam praticamente fechadas para quem não fosse veterano das Forças Armadas de Sua Majestade. Ademais, os ingleses, que ainda se tomavam por cidadãos privilegiados de um grande império que saía vitorioso de uma guerra mundial, viriam a ser os últimos a perceber as mudanças que estavam em curso no mundo. Não havia arrogância em reconhecer o patético da situação em que se debatia esse povo de tão grandes virtudes cívicas e inegável gênio político. Senti-me como Orwell, que, ao se refugiar num subterrâneo para escapar de um ataque aéreo, deparou-se com um jornal do dia que estampava uma oferta de emprego de mordomo. Não havia aí nada de anormal, mas o choque que sofreu foi maior do que o susto que lhe infligiram as bombas alemãs. As leis que governam a decadência dos povos ainda não foram estudadas, e a ninguém ocorreria qualificar de decadente um povo que acabava de mudar o curso da história humana reunindo a bravura de Leônidas à argúcia de Alcibíades.

Mas a verdade é que, com a independência da Índia, o Império entrara em franca desagregação sem que nenhum dos dois partidos políticos tomasse consciência do fato e o tivesse em conta no debate sobre o futuro do país. O duro esforço que se exigia da população estava aparentemente orientado para a reconstituição do passado. Era admirável o esforço que estava sendo realizado para aumentar a taxa de investimento, visando recuperar a posição de grande exportador de produtos industriais, a fim de compensar a perda de ativos no exterior e enfrentar o vultoso serviço da dívida contraída durante a guerra. E mais admirável era a disciplina espartana com que a nação se empenhava nesse esforço. Mas não havia visão das mudanças em curso no mundo, ou das repercussões que estas teriam na posição internacional da metrópole imperial. Repetia-se o erro que cometera Clemenceau após a Primeira Grande Guerra, quando defendeu para a França uma posição dentro da Europa incompatível com seu peso nas esferas econômica e demográfica.

O peso da dívida de curto prazo acumulada durante a guerra inviabilizava a liberalização cambial incluída em acordo assinado com o governo dos Estados Unidos como contrapartida de um grande empréstimo. Da mesma forma que se deixara

surpreender pelos acontecimentos, sendo arrastada a uma guerra para a qual não se preparara, a Inglaterra estava enfrentando o pós-guerra carente de toda perspectiva de médio e longo prazos. Os gastos militares, que se desdobravam em vasta área, não podiam ser facilmente reduzidos, pois eram a garantia de uma retirada na frente colonial que se intuía inevitável mas que se desejava postergar. Mesmo sendo um observador neófito, eu podia perceber que aquela grande nação, que mais do que qualquer outra contribuiria para formar a civilização tecnológica, agora parecia jogar cabra-cega. Os mais astutos pensavam, como Churchill, que o mundo do pós-guerra seria tutelado por um consórcio de nações de língua inglesa, conjugando-se a experiência política de Albion com o poder econômico ianque. Mas esse último sonho imperial logo se desvaneceria, transformando-se as relações “privilegiadas” com os Estados Unidos em um entrave a mais na busca de um novo lugar ao sol.

A alternativa era fixar-me em Paris, obter uma matrícula universitária que justificasse minha permanência e, a partir daí, viajar pelo continente convulsionado onde já eram visíveis as primeiras emanações da Guerra Fria. Escrevia para três periódicos: a *Revista da Semana*, minha velha casa, o semanário *Panfleto*, que atingia grande parte do público jovem e motivado politicamente, e *O Observador Econômico e Financeiro*, com ampla circulação na comunidade de negócios e no mundo oficial. Como era regra na época, minha formação de economista era de um autodidata, facilitada pelo estupendo fluxo de publicações com que nos brindava o Fondo de Cultura Económica, do México, e apoiada em minha formação jurídica e em estudos especializados de organização e finanças públicas. Mas considerava a economia como um instrumento para penetrar no social e no político, e avançar na compreensão da História, particularmente quando esta ainda se exibia como presente a nossos olhos.

A verdade é que já no Brasil fora induzido a modificar meu plano de viagem pela Europa. Imaginara poder estender minhas incursões à Europa do Leste, em particular à União Soviética, cuja experiência em planificação econômica me parecia ser algo que não devia ignorar. A guerra demonstrara claramente que uma adequada regulação do sistema econômico podia assegurar o pleno emprego, aspiração maior de povos que haviam sido vitimados por uma depressão sem precedentes. Na União Soviética se demonstrava que esse bem por todos almejado também podia ser obtido na paz. Na verdade, meu interesse pela planificação ia mais longe do que a economia. Estava convencido de que o fascismo era uma ameaça que pairava permanentemente sobre as sociedades democráticas. Como ignorar que as economias de mercado eram intrinsecamente instáveis e que essa instabilidade tendia a agravar-se? Era o que nos ensinava a História. Tampouco podíamos ter dúvida de que a ideia de Marx de que a própria crise engendraria uma nova formação social “mais racional” era do reino da utopia. Sabíamos por experiência que as classes dominantes disputavam de meios para manipular e domesticar as massas, impondo uma nova ordem em que cada um encontra segurança ao renunciar a suas aspirações mais nobres.

Nesse espaço confinado medrava e florescia o poder burocrático, como previra Max Weber.

Estava convencido de que a inescapável concentração de poder econômico produziria uma redução do espaço em que se move o indivíduo, uma atrofia da vida política, conduzindo a alguma forma de totalitarismo. Em ensaio de 1946, que mereceu o prêmio Franklin D. Roosevelt, do Instituto Brasil-Estados Unidos, expressara de forma contundente esse ponto de vista: “A trágica realidade a que nos levou a Revolução Industrial”, dizia, “está em que novas técnicas sociais conduzem implacavelmente ao domínio minoritário”. Mostrava a dificuldade, que por todas as partes se manifestava, de compatibilizar as sociedades democráticas com as instituições militares, que por definição não se podem reger democraticamente. E acrescentava: “Esse problema, que constitui um quebra-cabeça desde a Roma imperial, reproduz-se agora com nova fisionomia e de forma mais dramática na sociedade industrial. Como pode assegurar-se a democracia de que as forças econômicas, organizadas [à semelhança] das instituições militares, não tentem assenhorear-se do Estado?”. Considerava que a evolução nos Estados Unidos se prestava melhor à observação porque ali, mais do que em qualquer outra parte, as formas de controle democrático de raiz comunitária permaneciam vivas. Ainda assim, era para a Europa, empenhada em sair dos escombros, transformada *malgré elle* em laboratório social, que eu me voltava.

Como estudioso de Mannheim, estava convencido de que um amplo esforço de reconstrução institucional tornara-se indispensável, se o objetivo era preservar a liberdade do homem. Cabia prevenir as crises e neutralizar os efeitos sociais da instabilidade inerentes às economias de mercado. Os projetos de previdência e assistência social, que tiveram no Plano Beveridge sua melhor expressão, constituíram valioso avanço, mas não iam à raiz do problema, pensava eu. A solução estava na introdução de uma dupla racionalidade, no nível dos fins e dos meios, o que exigia a planificação. Meus estudos de organização das atividades do setor público, com base em autores norte-americanos, e as ideias de Mannheim em seu *Man and Society in Age of Reconstruction* (traduzido para o espanhol com o título de *Libertad y planificación social*) haviam moldado minha visão das opções com que se defrontava a Europa em reconstrução.

Na época, a única experiência de estabilização de uma economia com base na planificação era a soviética, mas praticamente nada existia publicado sobre ela. Os resultados das pesquisas de Charles Bettelheim sobre o assunto (a primeira edição de seu livro *La Planification soviétique* era de 1939) não haviam chegado até nós, e trabalhos sobre finanças públicas, como o de Gerhard Dobbert (*Der Zentralismus in der Finanzverfassung der U.d.S.S.R.*), limitavam-se ao período de transição entre a economia de guerra e a adoção dos planos quinquenais. Partia da suposição de que as implicações sociais da planificação econômica deviam estar sendo objeto de estudo pelos especialistas soviéticos. Ainda estavam próximos os dias da Grande Aliança, em que

havíamos imaginado viver, no pós-guerra, em um “mundo só”, onde cada povo poderia beneficiar-se, na formulação de sua política, dos acertos e erros de todos os demais.

Conhecendo os meus planos de viagem, minha irmã Aída, então bibliotecária na Nacional, disse-me um dia em que nos cruzamos nos salões daquela augusta casa: “A filha do embaixador da União Soviética também é nossa cliente, e agora mesmo está aqui fazendo pesquisas; por que você não conversa com ela sobre os seus projetos?”. Feitas as apresentações, Aída deixou-nos a sós. Era uma bonita jovem loura, de estatura média, que se expressava correntemente em francês. Como a desculpar-se, disse que seu pai fora por longo tempo embaixador em Paris. A conversa dirigiu-se facilmente para essa cidade que ambos conhecíamos e que a fascinava. Quando lhe expus meu plano de viagem e meu interesse em conhecer de perto a experiência soviética de planificação, suas implicações sociais etc., ela me olhou meio perplexa, como se eu houvesse manifestado a intenção de sair voando. E foi dizendo sem rodeios: “Não perca o seu tempo. O senhor não tem nenhuma possibilidade de entrar na União Soviética. Lá não se pode ir como turista, e para fazer estudos se necessita de um convite especial que nas circunstâncias presentes é praticamente impossível obter”. Não me convenci totalmente. Imaginei que aquela jovem empenhava-se em ocultar a pobreza e o atraso de seu país aos estranhos curiosos. Em Paris, eu teria oportunidade de obter mais informações sobre aquilo. Contudo, fui reajustando meus planos, que a mais de um pareciam mirabolantes.

Alguns dias depois, contei a entrevista a um amigo do Partido Comunista, e ele me observou: “O que ela diz é o ponto de vista de um diplomata, que não quer se comprometer. O caminho mais curto é você entrar para o Partido e em seguida solicitar uma missão que implique visitar a União Soviética”. Ri-me da receita. Em primeiro lugar, não podia admitir submeter-me à tutela de um Partido que se escreve com letra maiúscula, pois eu colocava a minha liberdade de pensar acima de tudo. Em segundo, não admitia receber instruções para escrever sobre isto ou aquilo. O amigo não insistiu na conversa. Seguindo Mannheim, eu tinha uma certa ideia do papel social da intelligentsia, particularmente nas épocas de crise. Sentia-me acima dos condicionantes criados por minha inserção social e estava convencido de que o desafio consistia em instilar um propósito social no uso dessa liberdade. Meu amigo possivelmente via nisso uma manifestação de arrogância ou de ingenuidade, mas não se atrevia a dizê-lo, pois desejava preservar a minha confiança. Esse jogo sutil era corrente entre intelectuais, tanto de esquerda como de direita, nessa época em que apenas se saía da asfixia de uma ditadura.

Não necessitei de muito tempo para convencer-me da inanidade de meus planos originais, pois eram enormes as dificuldades com que se defrontava qualquer pessoa que pretendesse se deslocar por uma Europa devastada. Isso induziu-me a dedicar mais tempo do que havia inicialmente imaginado à vida universitária, em Paris,

onde me fixei. Tive a fortuna de tomar contato com o professor Maurice Byé, que integrara a missão francesa junto à Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro, onde se encontrava no momento da debacle da França. Recebeu-me de braços abertos em sua residência campestre de Clamart. “Tenho uma grande dívida com o Brasil”, disse-me depois de havermos falado de muitas coisas, inclusive do que se publicara recentemente em economia. E explicou-me que o governo de Pétain o privara da cidadania francesa, por haver ele aderido às Forças Francesas Livres comandadas por De Gaulle. “Nesse momento difícil”, acrescentou, “recebi todo o apoio do seu país.” Na verdade, Byé permanecera pouco tempo entre nós, em seguida a esses acontecimentos, logo embarcando com destino à África para finalmente juntar-se às tropas de De Gaulle na Síria. Foi por conselho seu que me inscrevi para preparar uma tese de doutorado em economia. A verdade é que, na época, em nada me atraíam os títulos, particularmente os universitários. Não via sentido em perder tempo estudando para preparar exames, desviando a atenção do mar de coisas importantes que estavam ocorrendo no mundo real diante de meus olhos. Não me atraía ser um “profissional”, uma peça que busca ajustar-se numa engrenagem. Estudara economia, sociologia, filosofia na busca de subsídios para entender o mundo, convencido de que também essa é uma maneira de sobre ele agir. Pode ser a maneira menos eficaz, mas quiçá seja a de efeitos mais duráveis. Que influência teria sido maior? A de Alexandre ou a de Platão? Se minha preocupação houvesse sido agir diretamente sobre o mundo, teria permanecido em meu torrão natal, pois a política requer o máximo de inserção na comunidade. O que me motivava era o desejo de conhecer o mundo, o vasto mundo, convencido de que os reformadores são movidos por ideias de pensadores que a eles se antecipam. Por isso, ademais de preparar o Diploma de Estudos Superiores em economia, matriculei-me no Instituto de Ciências Políticas, onde havia cursos e seminários abrangendo um vasto horizonte. Fascinava-me estudar a história das ideias, da técnica e da política do século XIX, pois estava a pensar que o descarrilamento da humanidade aí tivera início.

Entre os seminários e a biblioteca do Instituto de Ciências Políticas eu passava boa parte de meu tempo, o que me permitiu tomar contato com professores e alunos. Ali se reunia a fina flor dos futuros quadros dirigentes do país, em grande parte filhos de profissionais de nível universitário, e também os remanescentes da antiga *haute bourgeoisie*. Na França é mais importante a inserção social do que a renda, que é menos concentrada do que a riqueza e os privilégios não monetários. Esses grupos sociais haviam sofrido em cheio o impacto da guerra e eram os mais sensíveis ao declínio da França no plano internacional. Havia uma mistura de ressentimento e arrogância, que logo vinha à superfície quando o debate versava sobre os Estados Unidos. Não é fácil para um povo portador de grande cultura admirar outro em si-

tuação similar, particularmente se existe um passado de rivalidade e confrontação. A ninguém escapa que os franceses têm uma ideia caricatural dos ingleses, sendo verdadeira a recíproca. Com respeito à Alemanha, a visão é mais equilibrada, talvez porque durante séculos viram nos povos germânicos discípulos aplicados, ansiosos por reconhecimento. Em relação aos Estados Unidos, o problema é distinto. Os norte-americanos foram tratados, por muito tempo, como “povo jovem”, que ainda não tem modos, não sabe sentar à mesa. A isso adicionou-se a ideia de que haviam enriquecido demasiadamente rápido, o que desperta inveja, mas não admiração. Ocorre que esse povo “infantil” começou a exercer uma influência cultural sobre a França numa escala sem precedentes. No imediato pós-guerra, houve entre os franceses um certo pânico com respeito à profundidade e à natureza dessa influência, pois as elites tradicionais não tinham experiência de tratar com esse tipo de problema.

Uma colega do Instituto, a quem não faltava o sentido de humor, surpreendeu-me um dia com um convite: “Se você duvida da sobrevivência do bom gosto francês, venha comigo ao baile do George V”. Não me furtei ao desafio e pude apreciar aquela sociedade, que julgara empobrecida, *en grande tenue*. E não se tratou apenas de bailar. Ouvimos atentamente e em silêncio um pianista tocar Mozart e Ravel. Em fase mais adiantada, interrompeu-se o baile para que assistíssemos a um desfile de *haute couture* que despertou evidente satisfação nos presentes. E tudo isso, delicadamente regado a champanhe. “Uma civilização que alcançou esse grau de refinamento”, observei à minha colega, “sempre será lembrada e admirada.” Mas não pude deixar de parafrasear Bernard Shaw: “Amar ao povo não significa desconhecer o seu frequente mau gosto”. Minha colega retrucou: “Isto aqui não é uma frivolidade, e sim um estilo de vida; para criá-lo, foram necessários séculos, mas para destruí-lo muito pouco é necessário”. E assim seguia nosso diálogo em linhas paralelas.

Mas eu não desanimava de viajar. Vivíamos os momentos mais difíceis do pós-guerra, quando se somaram à penúria de tudo um começo de pânico criado pela inquietação social e os primeiros estampidos da Guerra Fria. O inverno de 1946-47 fora o mais duro de que se tinha registro e sucedeu-o uma prolongada estiagem, com projeções na produção agrícola e na geração de eletricidade. Cortava-se a luz durante o dia e a ração de pão, na França, desceu a níveis que não se conheceram durante a guerra. A situação na Alemanha era ainda pior: a produção industrial alemã de 1946 situou-se entre um quarto e um quinto do nível de antes da guerra. Em todas as partes havia insuficiência de fontes de energia e carência alimentar. Eu consultava de todos os lados para descobrir as possibilidades de penetrar no continente europeu. Inscrevi-me para participar do chamado Festival Mundial da Juventude, a realizar-se em Praga, o que me abria a possibilidade de cruzar a Alemanha, e para integrar uma brigada francesa que deveria participar da construção de uma estrada de ferro na Bósnia. Viajamos em vagões de estrada de ferro de segunda classe, empilhados de pessoas, cada um se arranjando para dormir como podia, o que não impediu (ou facilitou)

tou) que logo se criasse entre aqueles jovens um clima de cordialidade e de confraternização.

Essas iniciativas de mobilização de jovens sem ligação direta com partidos políticos estavam longe de ser inocentes. Faziam parte da grande luta ideológica que se travava na Europa. Não fosse o stalinismo um sistema corneamente fechado, e a penetração das ideias marxistas teria sido ainda muito mais profunda nesse período. A ideia de que o capitalismo engendrava sociedades que exacerbavam a competitividade entre indivíduos e, em última instância, entre nações, sendo a guerra um mal incurável do mundo capitalista, onde pululavam os *marchands de canon*, seria suficiente para induzir uma juventude egressa de uma guerra monstruosa a desejar a superação desse regime. Como não repudiar um sistema econômico a cuja instabilidade havia que atribuir a emergência do fascismo e de guerras odiosas? A história recente havia sido demasiado explícita sobre tudo isso. Ora, o marxismo parecia a única doutrina que prometia um mundo estável, sem desemprego e sem os pingues negócios de vendas de armas. Nos debates sempre se voltava a esses pontos, que brotavam das profundas ansiedades que existiam em todos.

Em um número da revista *Esprit* dedicado a “marxismo aberto contra marxismo escolástico”, Emmanuel Mounier dizia que o marxismo, em cem anos, havia sido morto verbalmente mais vezes do que o cristianismo no correr dos séculos, e que ainda assim o seu impacto na consciência humana persistia tão forte como jamais fora. Não havia dúvida para mim de que o homem europeu estava em busca de um caminho que o liberasse de seu passado, que lhe acenasse com um futuro que não abrigasse tanto ódio. Mas como separar o marxismo da experiência soviética, na qual a asfixia do indivíduo contrapunha-se ao que havia de mais nobre e permanente na cultura europeia — essa ideia de que cada indivíduo leva em si um destino pessoal? A verdade é que Marx, como Aristóteles, escrevera sobre tudo, o permanente e o cotidiano, podendo-se dele derivar linhas de pensamento com implicações muito diversas. Cada um se arranjava para ter seu próprio marxismo, esse território tão propício à construção utópica. O problema das doutrinas portadoras de um projeto de ordem social está em que pretendem ignorar que não conhecemos suficientemente o homem para prever suas reações aos constrangimentos a que será submetido pela nova ordem. O capitalismo terá exacerbado certos instintos destrutivos do homem, mas certamente não os criou.

A Tchecoslováquia da época do festival ainda era a de Benes e Jan Masaryk, homens de comprovada tradição democrática. A simpatia pelos soviéticos era enorme, o que não era difícil de explicar, posto que eles não haviam pactuado com a destruição do país em Munique, sendo vistos como os autênticos libertadores. Os povos eslavos que haviam vivido séculos sob o jugo germânico alimentavam tradicionalmente uma profunda simpatia pela Rússia, sentimento que nessa época ainda se mantinha intacto. Os jovens tchecos com quem tomei contato multiplicavam

argumentos para demonstrar que o seu era um país democrático à maneira ocidental, com uma pluralidade de partidos e eleições realmente livres, como se estivessem em uma posição defensiva. A animosidade ao alemão era tão grande que se negavam a falar essa língua, a qual por certo todos conheciam. Atribuí a essa animosidade o fato de não conseguir obter qualquer informação sobre a presença de Franz Kafka em Praga, cidade onde nasceu e viveu toda a sua vida.

Durante o festival, não houve qualquer possibilidade de contato real com membros da delegação soviética, que não fosse com os poucos elementos destacados expressamente para esse fim. Tratava-se de jovens treinados em línguas estrangeiras e com informações sobre o que ocorria no país do interlocutor, que discorriam com soltura sobre assuntos de ordem geral, sem muitas peias na língua. O contato com esses agentes transmitia a impressão de que entre os jovens soviéticos predominavam as mesmas preocupações que entre nós; haveria um autêntico debate em torno dos grandes temas da época, prevalecendo o espírito de contestação e irreverência. Isso podia ser verdade, mas não nos era dado comprovar. Aqueles que tentavam tomar contato com o soviético típico logo se davam conta da inanidade do esforço. A brasileira Anna Stella Schic, que contribuiu para o brilho do festival com um belo concerto de piano, teve a possibilidade de aproximar-se de colegas soviéticas também concertistas. Contou-me que aproveitara o intervalo para dirigir a palavra a uma delas, havendo com isso provocado um gesto brusco de recusa, como se se tratasse de algo proibido, a ser evitado por todos os meios. Esse comportamento nos parecia inexplicável, pois todos nós, mesmo os que não morriam de entusiasmo pelo regime stalinista, tínhamos muito interesse em conhecer a juventude soviética, e era grande a admiração que despertava em todos o povo russo.

A experiência na Iugoslávia foi menos interessante porque a comunicação com a população local fez-se difícil, dada a quase completa ausência de pessoas que falassem línguas ocidentais. Nossa brigada era extremamente disciplinada. Pela manhã, hasteava-se a bandeira tricolor e, pela tarde, havia nova cerimônia para recolhê-la. Trabalhávamos alegremente, moças e rapazes, com picareta e carros de mão, abrindo o leito de uma estrada. Acampávamos à margem de um rio, cercado por um pomar. A tarde era livre para excursões, jogo de xadrez, debates, leitura à sombra. Nesse piquenique pude conhecer franceses de várias extrações sociais, que ali se tuteavam com naturalidade. Todos estavam movidos pela ideia de que devia haver mais justiça social e de que a luta pela paz deveria ser uma preocupação permanente. Um dia veio nos visitar um grupo de gregos que haviam atravessado a fronteira. Eram guerrilheiros, participavam de uma dura guerra civil, por trás da qual se perfilava a confrontação russo-americana. Cercamo-los de simpatia, mas poucos demonstraram entusiasmo no debate que se organizou sobre o drama que vivia a Grécia. O progresso social pela guerra não seduzia essa geração.

Ainda que fosse quase nulo o contato direto que tínhamos com os iugoslavos, a

simpatia mútua era imensa. Onde chegávamos, nos recebiam com flores, e ao visitar suas cidades destruídas pensávamos no imenso sacrifício que haviam feito para libertar-se de um invasor bestial. Outros povos também haviam sofrido com a guerra, mas quiçá em nenhuma parte o povo tenha pagado um preço tão elevado por não se haver submetido nem deixado subjugar. Agora estavam ali organizados e decididos a construir um futuro melhor. A arregimentação não nos passava despercebida, ainda que estivesse mascarada por um entusiasmo contagiante. Dava voltas às minhas ideias e me inclinava a fazer aparas em minhas convicções individualistas. Em artigo que escrevi na época para a revista *Panfleto*, observava: “É justo que se indague em face de um mundo que se transforma tão vigorosamente qual a posição e qual o valor da pessoa humana — que espaço resta à liberdade pessoal para respirar”. E, finalmente, concluía:

Os iugoslavos eram um povo de analfabetos, divididos em lutas fratricidas, cujo trabalho alimentava casas bancárias internacionais. As bombas e as forcas alemãs operaram o milagre de sua união nacional. O ardor da luta despertou-os para o trabalho. E pela primeira vez os frutos desse trabalho se tornam acessíveis àqueles que o realizam. Os iugoslavos, maravilhados, entregam-se à colheita desses frutos. Que direito temos nós de chamá-los à palmatória para nos dar conta de seu comportamento?

Esse relativismo histórico, que eu utilizava como porta de saída, exumava de alguma forma o paternalismo com que meus companheiros franceses observavam esse “povo balcânico”. Mas também anunciava uma evolução que se daria em meu espírito, no sentido do abrandamento da tendência a sobrepor o individual ao social. Certa influência kantiana que me veio com a formação jurídica e que somente seria temperada à medida que começasse a beber mais a fundo em fontes historicistas.

Por essa época, Hermann Hesse mereceu o prêmio Nobel de Literatura, com referência especial a seu livro, publicado durante a guerra, *O jogo das contas de vidro*, esse esforço ingente de um ego que cria um mundo à parte para escapar da realidade trágica da história real. Eu não admirara *O lobo da estepe*, do qual se instila um sutil temor à vida que me parecia conduzir à submissão. Durante a guerra, Hesse recolhera-se a seu refúgio ensolarado do Ticino, na Suíça italiana, mais preocupado em “compreender a Alemanha” do que em abrir os olhos para os crimes que cometiam os seus dirigentes. Eu fazia essas conjecturas enquanto observava os alemães, sujos e maltrapilhos, perambulando pelas ruínas de Nuremberg. O individualismo pode conduzir à torre de marfim de Hesse, mas é a razão histórica que retrograda um povo civilizado ao barbarismo. Como situar-se entre esses dois polos?

A verdade é que, se bem que as feridas da guerra continuassem abertas — as massas de semifamintos andavam de um para outro lugar e dezenas de milhões de pessoas continuavam “deslocadas” —, a questão da paz e da guerra ocupava o centro dos debates, pairando no ar a ameaça de um conflito. Esse o cerne do drama que vivia a Europa. Os sistemas econômicos, semidestruídos e desmantelados, pareciam empacados em ponto morto. A reconstrução avançara até onde fora necessário para assegurar a sobrevivência, mas o processo de acumulação não retomava. De onde retirar os recursos para financiar os investimentos exigidos pela vasta obra de reconstrução? A Europa Ocidental se apresentava como uma imensa engrenagem avariada, operando com rendimento extremamente baixo. A situação da Alemanha Ocidental era agravada pela leva de milhões de pessoas que emigravam das regiões do Leste. No passado, a economia alemã operara apoiando-se num importante intercâmbio com as áreas da Europa Central e Oriental, de onde recebia alimentos e matérias-primas. Essas relações comerciais se haviam reduzido a quase nada e não cabia esperar que viessem a se reconstituir nos padrões do passado. Era necessário encontrar nova forma de inserção para a economia alemã, antes da guerra de longe o principal parque industrial do continente. Durante a guerra, surgira nos Estados Unidos o chamado Plano Morgenthau, cujo objetivo seria forçar a regressão da economia alemã no sentido da sua “ruralização”, o que significava pretender rebaixar definitivamente o padrão de vida de sua população aos níveis que prevaleciam nos países pobres da área mediterrânea. Bastaria ter em conta os reflexos negativos nas demais áreas da Europa que mantinham um intenso intercâmbio com a Alemanha para perceber o quão insensato era esse plano.

Em 1946 e primeira metade de 1947 as quatro potências ocupantes da Alemanha promoveram várias reuniões em busca de uma saída que permitisse restaurar um mínimo de normalidade na vida desse país. Ocorre que as posições das duas principais potências ocupantes eram claramente dissimétricas. A União Soviética fora brutalmente devastada durante a guerra e estava em busca de reparações, desmantelando usinas na região que ocupava para delas apropriar-se. Preocupava-se com a sua própria reconstrução e esforçava-se em cobrir o atraso que a separava das nações industrializadas da Europa Ocidental. Os Estados Unidos viam na prolongação da miséria uma ameaça às instituições e à ordem social dos países capitalistas, e esperavam tirar vantagem da intensificação do intercâmbio que traria consigo a reconstrução. A divergência de interesses levava a um impasse, mas não podia haver dúvida de que a prolongação deste desfavorecia os Estados Unidos.

Para que a Europa Ocidental se levantasse com base no próprio esforço teria sido necessário que a população aceitasse um prolongado sacrifício, o que pressupunha um considerável consenso no plano político e social. Ora, agudas tensões sociais se manifestavam por toda parte: em certos países, as maiorias responsabilizavam as classes dirigentes por terem conduzido o país à guerra, em outros, por não o have-

rem preparado para defender-se, em outros, por terem pactuado com o ocupante. O que ocorresse na França teria certamente repercussão em outros países, e aí a confrontação se mostrava mais acirrada em razão do estreito alinhamento do Partido Comunista à política externa da União Soviética. Aumentar o investimento com sacrifício do povo para restaurar as estruturas tradicionais do poder parecia um abuso a grande parte da população. Aumentar além de certo limite o controle que o Estado exerce sobre a economia era, para outra parte da população, o “caminho da servidão”. Essas tensões se traduziam em greves que paralisavam com frequência importantes segmentos da atividade econômica, e em pressão inflacionária que desestimulava a poupança. A eficácia do sistema produtivo estava, portanto, comprometida.

Mais lenta fosse a reconstrução, maior seria o atraso tecnológico vis-à-vis dos Estados Unidos e mais difícil a reconquista dos mercados externos. Como obter saldos, exportando manufaturas, para pagar as importações de alimentos, matérias-primas e fontes de energia? Havia um problema de balanço de pagamentos e outro de insuficiência de poupança. A isso se acrescenta o caos monetário que se havia instalado em muitos países. Mas, se eram graves esses problemas, havia soluções ao alcance da mão. Foi isso que compreenderam algumas pessoas nos Estados Unidos, entre elas o chefe do recém-criado Grupo de Planejamento Político do Departamento de Estado, George F. Kennan. Os integrantes desse grupo deram-se conta das limitações da Doutrina Truman, que tendia a assimilar os problemas surgidos das deslocamentos causadas pela guerra e das tensões do esforço de reconstrução em países derrotados ou que haviam sofrido ocupação a simples “intrigas do comunismo internacional”. Em memorando, que se tornaria público alguns anos depois, Kennan chamou a atenção para o fato de que a normalização da vida econômica na Europa poderia ser alcançada em período relativamente curto com base numa ajuda concentrada dos Estados Unidos sob a forma de transferências unilaterais. Esse foi o germe do Plano Marshall, que colocou à disposição dos países europeus ocidentais o complemento de poder de compra internacional e de poupança de que necessitavam para pôr-se de pé.

Quando os europeus fizeram as suas contas, respondendo ao gesto norte-americano, imaginaram que necessitariam de uma ajuda correspondente a cerca de 40% do valor das importações, em quatro anos seguidos, para recuperar o nível de produção de antes da guerra (ou superá-lo, no caso da Inglaterra), restaurar o equilíbrio financeiro e resolver o problema do déficit na conta-corrente do balanço de pagamentos com a área do dólar. A experiência demonstrou que necessitavam de menos ajuda, pois a taxa de poupança logo se elevou, o que lhes permitiu superar as metas que se haviam proposto. A criação da União Europeia de Pagamentos, em 1950, facilitaria consideravelmente a solução do problema de liquidez internacional, dada a importância considerável que assumiu o comércio intrarregional. Nesse mesmo ano foi criada a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Ceca), que, ao uniformizar os

preços dos dois dos mais importantes insumos industriais, abriu caminho para a futura Comunidade Econômica Europeia (CEE) e, com esta, para a reinserção da Alemanha na economia regional como principal potência industrial.

Maurice Byé era especialista em comércio internacional. Considerava-se discípulo de François Perroux, por seu lado um seguidor longínquo de Schumpeter, de quem fora aluno em Viena. Graças a essa herança, a visão que tinha Byé da realidade econômica era essencialmente dinâmica, o nacional e o internacional se entrelaçando. Seria ele um dos primeiros economistas a teorizar sobre os conglomerados transnacionais. Mas, na época em que me estimulou a preparar uma tese, sua motivação era retomar contato com os problemas econômicos brasileiros. À diferença de muitos professores franceses que permaneceram algum tempo entre nós, ele nada escrevera sobre o Brasil; mas nesse momento, quando começava a observar o comércio internacional de outros ângulos, era possível que nosso país, tão dependente do intercâmbio externo, voltasse a preocupá-lo. Fiz-lhe ver minha impossibilidade de realizar uma pesquisa sobre os desequilíbrios externos da economia brasileira no imediato pós-guerra, por total insuficiência de informação. Esse era o tema sobre o qual trocávamos ideias, comparando os dados irregulares e aproximativos de que dispúnhamos. Ainda assim ele insistia em que eu tentasse qualquer coisa, como se desejasse reter-me a seu lado, qual lembrança de um país longínquo onde fora feliz.

Certo dia em que entrei no Museu do Homem para visitar o Paulo Emílio Sales Gomes, fiz-lhe referência à situação embaraçosa em que me encontrava. Com seu fino humor, ele me chamou à realidade: “Não tome a coisa assim a sério. Hoje, o *rayonnement* da cultura francesa consiste em distribuir títulos aos estrangeiros que passam por aqui. Como nós, metecos, não concorreremos com eles, pois nem Einstein conseguiu ser professor na Sorbonne, nos afogam em facilidades. A propósito”, acrescentou, “temos aqui uma bela biblioteca brasileira, que está à sua disposição”. Logo pude comprovar que se tratava de belíssima coleção de livros sobre o Brasil, provavelmente doação do governo brasileiro. Decidi-me de imediato. Estudaria a economia colonial brasileira no período do açúcar, época em que ao Brasil coubera papel eminente no comércio internacional. Quando expus a ideia ao professor Byé, ele pensou um pouco e observou: “De acordo, sempre que você faça um paralelo com a economia açucareira nas Antilhas francesas, concorrente da brasileira”. Estava dada a ordem de partida. Quando voltamos a tratar do assunto, uns quatro meses depois, eu tinha nas mãos uma boa centena de páginas rascunhadas. Minha visão internacional da formação da economia brasileira começou com esse exercício. A confrontação com a economia antilhana, em que a cana-de-açúcar (e seu complemento inevitável, o trabalho escravo) destruiu todo um sistema de pequena propriedade, instalado com grande ajuda financeira do governo francês, e impôs o latifun-

dismo, ajudou-me a ver com mais clareza as relações entre economia e sociedade no Nordeste brasileiro.

Paulo Emílio era um incomparável causeur. Com frequência interrompia minhas doces leituras açucareiras para visitá-lo em sua sala de trabalho. Chamou-me a atenção para a riqueza dos cineclubes de Paris, onde as exposições ocasionalmente eram seguidas de vivos debates. Lembra-me esse arquétipo eciano de homem civilizado que foi Fradique Mendes, cuja simples presença distribuía a mancheias satisfação aos amigos. Como é possível que alguém tão dotado ainda não haja produzido uma obra de peso? — perguntava aos meus botões. É que Paulo Emílio se esgotava no presente, preenchendo todo o espaço da vida. Esse traço devia ter algo a ver com o seu entusiasmo pelo cinema, essa arte que mais do que qualquer outra se cola ao seu próprio tempo. A agudeza das observações de Paulo Emílio, sempre sazoadas de paradoxos, deixava transparecer um fio de ceticismo, que não provinha de desencanto mas de certo dom que o capacitava a colocar-se simultaneamente em vários ângulos de observação.

Ninguém era tão distinto dele, sendo igualmente brilhante, como Ernesto Sabato, o escritor argentino. Ainda não havia escrito nenhum dos grandes romances que o fariam famoso, mas já se comportava como se todos devêssemos nele reconhecer um dos grandes escritores da época. Dizia que não lia mais de dez páginas de um livro. Se o autor era original, já o teria demonstrado, e sabia o que dele reter. Se não era original, não tinha sentido continuar a leitura. Dividia o mundo entre criadores e não criadores. Como o ato de criação é intuitivo, é para dentro de si mesmo que o criador deve voltar-se de preferência. Um dia tivemos uma discussão na Coupole que quase nos levou às vias de fato. Creio que o assunto tinha a ver com a obra de Burckhardt sobre o Renascimento na Itália. Sabato alimentava um projeto de escrever uma biografia de Leonardo, que deveria proporcionar uma visão global do mundo moderno em seu despertar. Fiz restrições ao alcance da influência de Leonardo, cujos famosos papéis haviam permanecido desconhecidos por três séculos. Mas nos reconciliamos.

Os debates me seduziam como manifestação da cultura parisiense, ainda que de muitos deles pouco ou nada retivesse. Certa noite houve em uma das salas da Sorbonne um debate com Tristan Tzara que quase deu em pancadaria. Quem mais gritava, como se estivesse devolvendo injúrias acumuladas por muito tempo, era André Breton, que continuava a incriminar o dadaísmo de niilismo. Eu ignorava que a *querelle* surrealista ainda alimentava paixões tão violentas. Não tinha dúvida de que o surrealismo fora uma das grandes forças renovadoras da criatividade no século. Constituiu um ponto de encontro de várias correntes libertadoras do homem. Mas tanto Tzara como Breton eram figuras que tendiam a esmaecer-se no horizonte do passado. Com aquela estridência tentavam chamar a atenção para si mesmos, enquanto os olhares se fixavam em outras direções.

Mas havia figuras do passado que tinham um brilho renovado. Era o caso do filósofo russo Nikolai Berdiaev, com quem pretendiam ter muitas afinidades certos ramos do existencialismo. Fui ouvi-lo em uma sala pequena da rua Monsieur le Prince, onde se empilhava por todos os lados um público jovem. Ele falava sobre Dostoiévski, de quem pretendia que derivava o essencial de sua filosofia. Citando o dito desabusado de Ivan Karamázov, retomado por Nietzsche, “se Deus está morto eu sou deus”, os seus olhos irradiavam centelhas. Sua intuição essencial, dizia, consistia em haver percebido que o ato criador praticado pelo homem é sentido como uma necessidade por Deus. As perguntas vieram numerosas, em seguida, mas com certo ar de contrição. A mim, o pensamento de Berdiaev parecia circular, voltando sempre ao ponto de partida, esgotando-se em suas premissas.

Discutia-se muito, nos cafés, nos quartos de hotel, nos corredores da universidade. A impressão que fui formando era que a mola daquela vibratibilidade estava na angústia acumulada durante a guerra. Esta tivera uma abrangência total, comprometera tudo e todos, com essa coisa abominável que fora a ocupação inimiga. Cada um vivera sob a ameaça permanente de ser agarrado pela gola na própria casa e transformado em refém por um algoz sem cara e sem alma. Conheci jovens que nutriam um fundo rancor pelo pai, porque este atravessara o vendaval de cabeça baixa, ou simplesmente “se arranjará” para que a família sobrevivesse. Cada um, à sua maneira, procurava agora acertar contas consigo mesmo.

Duas linhas de pensamento predominavam: o marxismo e o existencialismo. O marxismo se apresentava como a doutrina daqueles que pretendiam modificar o mundo, dar as costas ao passado. Sua mensagem tinha um impacto direto sobre a juventude, sem embargo da impressão negativa que começava a irradiar da União Soviética. Em um país de enraizada tradição racionalista como a França, uma filosofia que postulava a racionalidade profunda do real, e a possibilidade de que a razão humana penetre pela ação a essência mesma do mundo visando transformá-lo, tinha implícita a mensagem de otimismo e confiança por que almejava a juventude da época. Contudo, seja porque o discurso racionalista se havia esgotado, seja porque o marxismo codificado se usava rapidamente no embate com os problemas reais, o certo é que o apelo da mensagem marxista parecia perder vigor.

Segui com interesse, no Instituto de Ciências Políticas, o curso de marxismo ministrado pelo professor Auguste Cornu, de longe o mais prestigiado da época. Era um curso mais fundamentado em filosofia do que em economia, mas na bibliografia figurava *O capital* (primeiro tomo), a ser estudado com minúcia. O professor Cornu era de opinião que em nenhuma parte se podia obter uma melhor visão de conjunto do pensamento marxista do que no *Anti-Dühring* de Engels. Por essa época eu havia lido de Marx e Engels apenas fragmentos, por isso tomei a sério os meus deveres de casa. A formidável vista que descortina Marx sobre a gênese da história moderna não deixa indiferente nenhum espírito curioso. Já a contribuição no campo da economia

parecia de menos peso, para quem estava familiarizado com o pensamento de Ricardo e conhecia a macroeconomia moderna.

O professor Cornu detinha-se pouco em economia, evitando extraviar-se nos labirintos das discussões acadêmicas em torno da teoria do valor. Interessava-se por um “marxismo vivo”, vale dizer, voltado para a ação. Na verdade, o que ele apresentava era uma dinâmica social fundada em conceitos de classe derivados da categoria modo de produção capitalista. A seu ver, as classes podiam ser ascendentes, dominantes e decadentes, as duas últimas podendo confundir-se. A religião, a moral e o direito destinavam-se a fixar o comportamento dos homens, prescrevendo normas. Numa sociedade de classes, essas normas exprimiam de formas diversas os interesses da classe dominante, ou traduziam as aspirações de classes sociais antagônicas.

Com base nesse relativismo, o professor Cornu afirmava que não existia moral em si mesma, independente da estrutura de classes. O mesmo se podia dizer da noção de “liberdade”, cuja origem no mundo moderno seria o princípio da liberdade de produção e circulação da riqueza. Contudo, reconhecia ele, na sociedade burguesa os intelectuais podem liberar-se de toda regra, adotando uma ideia de liberdade que se aproxima do conceito de anarquia — forma de rejeição de toda autoridade. Disso ele partia para justificar as restrições à liberdade dos indivíduos nos países socialistas, contrapondo as exigências da ordem econômica e social às aspirações de um “individualismo egoísta”.

Não podia deixar de me divertir com o contraste entre a postura séria com que o professor Cornu expunha sua doutrina e o ar de bazófia que se desenhava no rosto daqueles jovens, verdadeiros florões da burguesia francesa. Os debates que se seguiam à exposição traduziam essa ambiguidade. O professor Cornu respondia com naturalidade a perguntas muitas vezes de evidente má-fé. Procurei aproximar-me dele e pude comprovar que estava plenamente convencido de tudo o que dizia. O que mais me chocava eram suas ideias sobre arte, que também interpretava dentro da tríade: decadente, dominante, ascendente. Rainer Maria Rilke, que ele parecia conhecer bem, seria um caso exemplar de arte decadente. “Só uma ordem social em declínio poderia produzir um tal fenômeno”, disse-me. E, em outra oportunidade: “Veja a *Montanha mágica* de Thomas Mann, que somente se fixa na decomposição da pessoa humana, exatamente num lugar onde se buscava a recuperação da saúde”. O relativismo moral do professor Cornu era tomado diretamente do *Anti-Dühring* de Engels, e eu não via como conciliá-lo com o ardor com que Marx conclamava à luta contra todas as formas de degradação do homem. Quando saíamos da sala de aula, minha colega ironizava: “Aceita o convite de uma ‘decadente’ para tomar um *pot?*”.

Esse copo de vinho, o tomávamos ali perto, no Flore, então ponto de convergência da juventude existencialista. A nova doutrina não inspirava mais respeito a minha colega do que o marxismo. Os romances de Sartre lhe pareciam uma coisa abjeta. “É a coleção rosa pelo avesso”, dizia. Mas ninguém duvidava de que o existen-

cialismo, em sua versão sartriana, era o alimento espiritual preferido da juventude que havia sofrido a guerra e a Ocupação.

Como todo pensamento que chega a ter grande influência, o de Sartre comportava várias versões. Ele mesmo contribuía para criar a confusão prestando-se a divulgá-lo. Não vem ao caso considerar o que retinham os possíveis leitores do contraditório *L'Être et le néant*, pois o que se discutia era derivado diretamente da vulgata que o próprio Sartre se encarregava de difundir. Ele concordava com os marxistas em que o homem é condicionado pela classe, pelo tipo de trabalho etc. Mas, acrescentava, as escolhas que fazemos a todo instante dependem dos fins que nos fixamos, e somos livres para fixar esses fins. Colocava, assim, a liberdade no centro de tudo. Viver é escolher e escolher é ser livre. Portanto, é o próprio existir, ser livre, que forma a essência do homem. Ora, a escolha livre não é fruto de nenhuma construção racional; se assim fosse, estaria predeterminada, não seria livre. Ela simplesmente não é explicável, donde se deduz que é absurda. Na verdade, dizia Sartre, o real é absurdo. Mas se o ato livre independe de qualquer razão, isso não nos priva de responsabilidade. Mais ainda: minha responsabilidade abrange tudo aquilo que me diz respeito. Não nasci por ato de vontade minha, mas, como realizo minha vida, também sou responsável por meu nascimento.

É fácil perceber que tanto o conceito de liberdade como o de responsabilidade têm conotação própria no discurso sartriano. Permanecia o pensamento no seu todo, perdendo nitidez cada conceito em particular. No fundo, era a forma como Sartre via o problema da responsabilidade que dava tanta penetração ao seu pensamento. A responsabilidade da guerra caía sobre todos, os que a haviam querido e os que não a haviam querido, pois ela se havia incorporado à vida de cada um. Contudo, em Sartre a responsabilidade não conduzia necessariamente à angústia, como em Kierkegaard. A verdadeira angústia sartriana ligava-se ao sentimento de haver saído do nada e de ter que a ele voltar. Não havia por que sentir-se culpado das escolhas que haviam sido feitas.

Nos debates diários, uns davam ênfase à liberdade como essência do homem, outros, ao comprometimento com a ação, pois somos responsáveis de tudo o que nos afeta, outros ainda, ao absurdo, essência do mundo. Se a essência do homem é produzida por sua existência, o desafio estava em viver intensamente. Os marxistas também se recusavam a ver uma essência das coisas distinta de sua existência concreta, mas isso, no plano ontológico. O que dava relevância a Sartre é que ele tinha respostas para as questões concretas da geração que emergia de um pesadelo histórico e reivindicava um ponto de apoio no futuro. "*L'homme, c'est son futur*", dizia Sartre, como que convocando todos aqueles jovens para abrir novos caminhos.

A essa altura da discussão, muitas eram as pessoas que se haviam aproximado para compartilhar o nobre vinho que servia minha colega do alto de sua soberba "decadência". "Foram em grande medida homens da nobreza que pensaram e reali-

zaram a Revolução Francesa, essa obra-prima da burguesia”, observou-me ela certa vez. E logo acrescentou: “Quando ouço um Cornu ou nossos existencialistas penso quão abaixo da tarefa histórica que existe pela frente está a atual *classe decadente*”. Diante de tal provocação, pedi licença para tomar um calvados.